

# Asembleia anual de prestação de contas é realizada em 28 de março

O Sindsasc realiza no dia 28 de março, às 18h30, assembleia com o objetivo de aprovar a prestação de contas anual do sindicato. A reunião que ocorre na sede da entidade (Setor Comercial Sul, quadra 1, Bloco K, lote 30, Edifício Denasa, sala 402) tem caráter ordinário e todo sindicalizado da categoria pode participar.



➔ Convocação extraordinária do Sindsasc é aberta para todos os sindicalizados

A diretoria do sindicato informa que a primeira chamada para a assembleia será às 18 horas e prevê quórum

de 50% mais um sindicalizado. Já a segunda chamada para a atividade é realizada com qualquer quórum alcançado após

esse limite de horário.

#### TRANSPARÊNCIA

Os dados referentes às prestações de contas

mensais do Sindsasc são disponibilizados publicamente com publicação no site do sindicato ([www.sindssasgdf.org.br](http://www.sindssasgdf.org.br)).

**SEMINÁRIO**  
**A implantação do SUAS no DF**  
*Uma reflexão sobre os CRAS*

**29 DE MARÇO, ÀS 9H**  
 SEDE DA LBV (915 NORTE)

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA

# Direito à aposentadoria ameaçado

A Proposta de Emenda Parlamentar (PEC) de reforma da Previdência Social apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional possui teor altamente prejudicial ao trabalhador, inclusive ao servidor público. De um modo geral, ela fere o direito à aposentadoria, já que fica mais difícil se adequar às regras que passam a exigir idade mínima mais tempo de pagamento contribuição.

Se a nova regra for aprovada pelo Congresso, os servidores serão fortemente prejudicados. A idade mínima permitida para a aposentadoria dos homens ficaria em 65 anos e para as mulheres, 62 anos. Já o tempo mínimo de contribuição, para o servidor público, passaria a ser de 25 anos, de acordo com análise feita pela Consul-

toria Legislativa da Câmara dos Deputados.

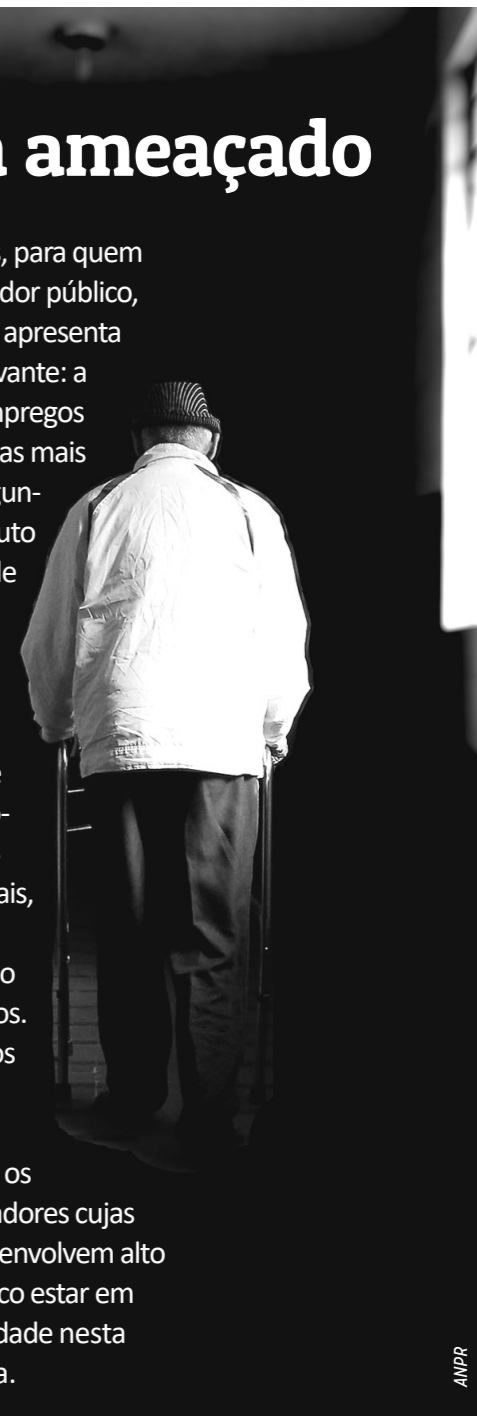
#### POBRES PREJUDICADOS

Grande mal da PEC, formulada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, é que uma parcela pequena dos trabalhadores brasileiros, principalmente os mais pobres, consegue contribuir pelo tempo mínimo exigido pela nova regra. Entre os motivos estão a instabilidade profissional, a dificuldade de arrumar emprego para os mais velhos, o trabalho informal e a dificuldade em pagar a Previdência. Isso acabaria com a aposentadoria seguindo apenas o critério de idade, como acontece atualmente.

#### EMPREGO VERSUS IDADE

Com a exigência da idade mínima mais tempo de contribuição

de 20 anos, para quem não é servidor público, a proposta apresenta outro agravante: a falta de empregos para pessoas mais velhas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 20,2 milhões de trabalhadores com 65 anos ou mais, somente 13,4% estão empregados. Os números mostram o quanto é difícil para os trabalhadores cujas atividades envolvem alto esforço físico estar em plena atividade nesta faixa etária.



**Corte no BPC ataca população vulnerável**  
*Parte dos beneficiários pode passar a receber menos de meio salário mínimo*

PÁGINA 4

**Luta sindical e a força dos aposentados**  
*Carmem de Oliveira alerta para o risco da perda de direitos fundamentais*

PÁGINA 7

**Calote em reajuste e perdas salariais**  
*Servidores da carreira das atividades culturais têm rendimentos prejudicados*

PÁGINA 5

## Calote do GDF completa 40 meses

Completamos em março 40 meses de calote do Governo do Distrito Federal. Desses, 38 foram do governo Rollemberg e dois do governo Ibaneis. Nossa terceira parcela do reajuste deveria ter sido paga em novembro de 2015.

O governador afirmou que vai pagar e quer negociar o retroativo, mas não apresentou propostas concretas. O Sindsasc tem tido reuniões com o governo e temos insistido para que respondam de forma assertiva à nossa pauta de reivindicações.

A alteração do critério de incidência da GTIT (gratificação por titulação) que nós chamamos de Tabela Horizontal, está com processo adiantado de tramitação, mas falta a posição

oficial do governo sobre a mesma. Este item e o pagamento da terceira parcela foram encaminhados à Secretaria da Fazenda para cálculos de impacto financeiro.

Quando ao concurso público da assistência social, que está em andamento, nossa reivindicação é pela imediata contratação dos aprovados tão logo tenha seu resultado homologado, o que deve acontecer entre setembro deste ano e fevereiro de 2020, conforme o edital. Além disso pleiteamos que no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), haja previsão orçamentária para contratação do cadastro de reserva.

O governo tem nossa pauta quanto à necessi-

dade de dar segurança aos auxiliares de assistência social, que deve se dar com a transposição do cargo ou medida legal equivalente.

Também mantemos a luta pela equiparação da Gratificação por Política Social (GPS) da proteção social básica à da proteção social especial, assim como a equiparação da Gratificação por Atividade de Risco (GAR) da nossa alta complexidade à percebida pela internação do socioeducativo. Para a área meio queremos a elevação da GPS a 15%.

Segundo estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), temos uma perda acumulada de 28,11% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), razão

pela qual reivindicamos a reposição salarial. Este estudo já foi entregue na Secretaria de Relações Institucionais.

Pleiteamos também a concessão das 40 horas a todos que solicitarem, a regulamentação da jornada de sete horas na Secretaria da Mulher e sua extensão a toda a assistência social. Já a regulamentação da escala 24 por 72 horas encontra-se estagnada principalmente por intransigência de alguns gestores da Secretaria de Desenvolvimento Social. Lamentável!

Neste número de **O Social** a categoria tem informações sobre a situação dos aposentados e sobre nossa luta para manter o direito à aposentadoria, novamente sob ameaça do governo federal. Boa leitura!

## ENTREVISTA CARMEM DE OLIVEIRA DELEGADA SINDICAL



*Delegada sindical mais votada entre os aposentados do Sindsasc, Carmem de Oliveira atua pela união dos aposentados para que essa parcela da categoria da assistência social e cultural não tenha seus direitos retirados. Gratificações e reajustes que fazem parte dos rendimentos dos aposentados estão em risco, acredita Carmem.*

## “Os aposentados não podem perder seus direitos fundamentais”

**Como os aposentados podem ter uma participação mais efetiva nas causas sindicais e como eles podem contribuir com as questões que afetam à categoria?**

Ter a participação dos aposentados ativamente na luta sindical é um grande desafio. Por muito tempo, em gestões passadas, a categoria esperou que a Justiça fosse o único canal para se recorrer a direitos. Os aposentados acabaram absorvendo essa noção por achar que suas causas trabalhistas possam se perder. É preciso de uma reflexão sobre isso por parte dos aposentados. Temos dialogado com essa parcela da

categoria e sabemos que os aposentados têm potencial muito grande de atuação. Muitos deles são arriados de famílias e seus rendimentos estão defasados desde 2014, por isso a luta sindical também pertence muito aos aposentados.

**Quais as principais lutas que os aposentados da categoria da assistência social e cultural têm pela frente atualmente?**


Temos travado a luta para o recebimento da última parcela do nosso reajuste salarial que deveria ter sido paga em novembro de 2015. Outra questão importante que corre na Justiça e afeta os aposenta-

dos é o pagamento da Gratificação por Política Social (GPS) que pode ser retirada de nós. A reforma trabalhista traz à tona a questão da paridade. Caso ela for perdida, os aumentos que fomos concedidos aos servidores da ativa não será repassado, o que vai deixar nosso salário defasado.

**Quais benefícios você considera que poderiam ser alcançados com a intensificação da participação da classe aposentada junto à atuação do sindicato?**

Somos mais de mil aposentados na carreira. Por isso temos muita força se estivermos unidos e atuantes nas

lutas. Nossa união é imprescindível porque os aposentados não podem perder direitos e gratificações que são fundamentais para o nosso rendimento. Se não tivermos uma atuação firme, corremos o risco de perder parte dos nossos rendimentos. O aposentado precisa ter consciência da necessidade de estarmos unidos, ainda mais diante do governo de Bolsonaro e toda essa destruição de direitos que está sendo feita. Esta reforma beneficia aos bancos que têm interesse em abocanhar o filão da previdência social isso obriga os trabalhadores a fazer planos de previdência integral ou complementar.

 <p>SINDICATO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURAL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL</p> <p>SCS, Quadra 01, Bloco K, Ed. Denasa, Sala 402, Asa Norte, Brasília - DF</p> <p>(61) 3340-6239 secretaria@sindsascgdf.org.br sindsascgdf.org.br Facebook.com/sindsascgdf   Instagram: Sindsasc</p>	<p><b>PRESIDENTE</b> Clayton Avelar</p>	<p><b>DIRETOR JURÍDICO</b> Eduardo Pitombo</p>	<p><b>5º SUPLENTE</b> Marcos Celso</p>	<p><b>ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO</b> Lambada Comunicação</p>
	<p><b>DIRETOR GERAL</b> Edglay Avelino</p>	<p><b>1º SUPLENTE</b> Márcia Elaine</p>	<p><b>CONSELHO FISCAL</b> Shirley da Silva, Vânia Maria, Fernanda Souza</p>	<p><b>JORNALISTA RESPONSÁVEL</b> Fred Leão (DRT: 9903-DF)</p>
	<p><b>DIRETORA FINANCEIRA</b> Natalícia Santana</p>	<p><b>2º SUPLENTE</b> Ádima Domingues</p>	<p><b>SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL</b> André Porto, Pablo Bomtempo, Jan Buarque</p>	
	<p><b>DIRETORA DE RELAÇÕES E COMUNICAÇÃO</b> Camila Inácio</p>	<p><b>3º SUPLENTE</b> Leandro Campelo</p>	<p><b>4º SUPLENTE</b> Anderson de Oliveira</p>	



ANPR

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA

# Corte no BPC ataca população vulnerável

Em mais um ataque contra a assistência social e à população mais carente do nosso País, a reforma da Previdência, proposta pelo presidente Jair Bolsonaro em tramitação no Congresso, quer aniquilar o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Caso a medida seja aprovada, o BPC, com valor de um salário mínimo (R\$ 998) vai ser pago somente a idosos com idade a partir de 70 anos. Idosos a partir de 60 anos devem passar a receber apenas R\$ 400. A mudança proposta afeta também a quem recebe abono salarial e somente quem ganha até um sa-

lário mínimo terá direito ao benefício.

Para se ter uma ideia do quanto a nova proposta é danosa, é importante saber como o BPC funciona atualmente. Têm direito ao auxílio, no valor integral de um salário mínimo, pessoas com idade a partir de 65 anos. O critério utilizado atualmente para os beneficiários é possuir renda familiar, por pessoa, inferior a um quarto de salário mínimo (R\$ 249,50).

### SEM REAJUSTE

O corte drástico no valor concedido com

idade a partir de 60 anos pode cair de R\$ 998 para R\$ 400 é preocupante e mostra a falta de sensibilidade do Governo Federal com as camadas mais vulneráveis da sociedade. Como agravante ao valor baixíssimo, a proposta não prevê correção monetária do benefício, ou seja, ele continua sendo de R\$ 400 mesmo com o aumento dos preços de produtos básicos para a sobrevivência causados pela inflação.

Com o argumento de economizar verba pública baseado no rombo causado pelo paga-

mento de previdência, reduzir ainda mais um benefício que já tem um valor pequeno não significa um salvamento das contas públicas. Pago desde 1998, o BPC beneficia um total de 4,5 milhões de pessoas, segundo dados do Governo Federal. Para 2019, a previsão de gastos com o benefício é de R\$ 59 bilhões. A União espera deixar de investir R\$ 33,6 bilhão por ano com os cortes no BPC, sendo que o gasto total com a Previdência Privada no Brasil em 2019 será de 767,8 bilhões.

## LUTA SINDICAL

# Calote do reajuste e perdas salariais prejudicam os servidores da cultura

Os servidores da carreira das atividades culturais do Governo do Distrito Federal, sofrem com o calote do reajuste salarial que já soma 40 meses. Diante desse cenário, o Sindsasc reafirma sua postura de luta. Mesmo que, para isso, seja necessário recorrer à Justiça e às articulações com o Legislativo, a entidade reforça a importância da união. “Nada

### SERVIDORES DAS ATIVIDADES CULTURAIS NO SINDSASC

» A defesa dos servidores é a nossa premissa, conforme prevê o Artigo 1º do nosso estatuto

“O Sindsasc é constituído para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal de categorias profissionais de servidores e empregados públicos, nas áreas de assistência social e cultural e na base territorial do Distrito Federal, conforme estabelece a legislação em vigor”.

substitui a organização e mobilização da nossa categoria para que nossos direitos sejam respeitados”, afirma o presidente do Sindsasc, Clayton Avelar.

Nos últimos 40 meses a desvalorização salarial dos servidores das atividades culturais foi de 28%, segun-

do os índices oficiais. Outro agravante são as ameaças de possíveis retiradas de direitos, como a licença-prêmio e a correção anual do auxílio alimentação.

O Sindsasc tem à disposição dos integrantes da categoria que trabalham na Secretaria de Cultura o telefone 3340-6239, o e-mail secretaria@sindsascgdf.org.br e o Whatsapp 992139528.

# Ações tentam impedir corte da GPS

O Sindsasc realiza esforços pela manutenção da Gratificação por Políticas Sociais (GPS) para quem se aposentou até abril de 2018 e pelo retorno à folha do benefício aos servidores aposentados após esse período. No Judiciário, com ação no Tribunal de Justiça; no Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), para tentar reverter a revogação da cautelar que havia mantido a GPS. No Executivo e Legislativo, o sindicato negocia um Projeto de Lei que resolva a questão. Além disso, segue a mobilização interna e pública na categoria.

**PECÚNIAS**

O sindicato solicitou



Sindsasc

» Atuação junto aos aposentados é realizada no Judiciário, Executivo, Legistavo e na mobilização interna

audiência com o secretário de Fazenda do DF para que seja formalizado um cronograma de pagamento. A orientação é que os servidores da assistência social que receberam com

atraso entrem com requerimento para o pagamento das correções. Para isso, o Sindsasc disponibiliza um texto para ser utilizado no documento. Os interessados podem entrar em

contato pelo telefone 3340-6239. A mesma orientação vale para quem se aposentou há mais de 60 dias e ainda não tenha recebido.

**RECADASTRAMENTO**

É importante que todos os aposentados precisem se cadastrar no mês em que se faz aniversário. Basta ir à sua agência do BRB para evitar problemas com o recebimento dos proventos.

**ASSEMBLEIA**

Para reforçar a participação dos aposentados, o sindicato convoca a todos para participar na nossa Assembleia Geral, no dia 11 de abril, às 14h30.

## Sindsasc participa de manifestação pelos direitos das mulheres no DF

Em todo o País grandes manifestações marcaram o Dia Internacional da Mulher. Combatendo a violência, o feminicídio, a desigualdade e lutando pelo respeito, tolerância e direitos, milhares saíram às ruas e praças. Em Brasília não foi diferente. A nossa categoria esteve

bem representada no movimento com uma ala que defendia a assistência social, as políticas de defesa das mulheres e combate à reforma da Previdência.

A diretora de comunicação do Sindsasc, Camila Inácio, discursou em nome do sindicato,



ressaltando a defesa das mulheres e do direito à aposentadoria. Lembrou também do Movimento em Defesa da Casa da Mulher Brasileira.

Os atos terão desdobramento também na luta contra a reforma da Previdência no Dia Nacional de Lutas marcado para o dia 22 de março.

## FALA, SERVIDOR!

### Mulheres, sigamos na luta!

O dia 8 de março tem sido marcado por manifestações de mulheres trabalhadoras pelo mundo todo. No Brasil não é diferente. Participamos da organização de atos unificados em diversas cidades em 2019. A organização e mobilização de mulheres sempre foram essenciais para conquista de direitos, como o direito ao voto, ao direito de estudar, de trabalhar, de ter voz na sociedade, de participar ativamente da política, de adquirir liberdade sexual, de conquistar a licença maternidade, entre outros.

Não podemos nos esquecer que esses direitos, conquistados por nós, estão frequentemente sob ameaça. Apesar dos avanços, muitas mulheres ainda recebem salários inferiores aos de homens

que exercem a mesma função. Ainda somos minoria nos espaços de participação política. Ainda somos cobradas como únicas responsáveis pelas funções domésticas e

o direito a receber um auxílio-creche de míseros R\$ 95 mensais (sem os descontos). Sabemos que é alto o custo de uma creche e também sabemos que há escassez de vagas

**“A ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE MULHERES SEMPRE FORAM ESSENCIAIS PARA CONQUISTA DE DIREITOS, COMO POR EXEMPLO O DIREITO AO VOTO, O DIREITO DE ESTUDAR, DE TRABALHAR**

cuidados com filhos - em dupla, tripla jornada. Além disso, sofremos violência cotidianamente nas ruas, no ambiente de trabalho e em nossas próprias casas, quando não estamos sendo mortas, vítimas de feminicídio.

Ainda há muito a conquistar. Basta olharmos para a nossa realidade. Por exemplo, as servidoras da política de assistência social que são mães têm

em creches públicas. Nos atos unificados do dia 8 de março, reivindicamos o fim da violência contra mulher e do feminicídio, e pedimos justiça por Marielle Franco e Anderson Gomes, nos manifestamos contra o machismo, o racismo, a LGBTfobia, entre outras diversas reivindicações. Além disso, as mulheres ecoaram um grande “não à reforma da Pre-

vidência”, que pretende massacrar direitos dos trabalhadores e população mais pobre, principalmente as mulheres.

O dia 8 de março é um dia internacional de luta, que representa a força das mulheres trabalhadoras. A jornada de luta das mulheres em 2019 apenas começou! Basta de feminicídio e violência contra mulher! Por melhores condições de trabalho! Por salários iguais para funções iguais! Não à Reforma da Previdência!



**CAMILA INÁCIO**  
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO SINDSASC

**TV SINDSASC**

29 DE MARÇO  
12 E 26 DE ABRIL  
ASSISTA NA TV CIDADE LIVRE, CANAL 12 DA NET, ÀS 17H  
OU NA PÁGINA DO FACEBOOK DO SINDSASC (FACEBOOK.COM/SINDSASCDF)